




Múltiplas velhices e desigualdades interseccionais: desafios de um Brasil envelhecido

Multiple old ages experiences and intersectional inequalities: challenges of an aging Brazil

Lucélia Luiz Pereira* 

Kenio Costa de Lima** 

Alexandre da Silva*** 

Paula Érica Batista de Oliveira**** 

RESUMO

O envelhecimento populacional brasileiro é um fenômeno que traz diversas transformações para as políticas públicas. Envelhecer no Brasil não é uma experiência homogênea. É atravessado por marcadores sociais de raça/cor, gênero, classe e território que conformam trajetórias desiguais ao longo do curso de vida produzindo múltiplas velhices, com distintas oportunidades e vulnerabilidades. Este artigo objetiva analisar o envelhecimento populacional no Brasil a partir dos dados do Censo Demográfico de 2022, utilizando a abordagem interseccional para compreender desigualdades persistentes que incidem sobre a população idosa. Metodologicamente, utiliza-se descrição e análise de dados secundários do IBGE, segundo gênero e raça/cor, bem como dados de envelhecimento da população quilombola e residente em favelas e comunidades urbanas. Os resultados apontam que desigualdades raciais, de gênero e territoriais se manifestam no padrão de envelhecimento demográfico. Conclui-se que as políticas públicas devem incorporar recortes interseccionais e territorializados, de modo a assegurar velhices dignas e cidadãs.

Palavras-chave: envelhecimento; desigualdades, interseccionalidade; população negra.

ABSTRACT

The aging of the Brazilian population is a phenomenon that brings various transformations on public policies. Aging in Brazil is not a homogeneous experience. It's traversed by social markers of race/color, gender, class and territory that structure unequal life-course trajectories and produce multiple forms of aging with distinct opportunities and vulnerabilities. This article aims to analyze population aging in Brazil based on data from the 2022 Demographic Census, using an intersectional approach to understand the persistent inequalities that affect the aged population. Methodologically, it employs descriptive analysis and of secondary data produced by Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), in according to gender and race/color, as well as aging data for the quilombola population and residents of favelas and urban communities. The results indicate that racial, gender and territorial inequalities are manifested in the pattern of demographic aging. It is concluded that public policies must incorporate intersectional and territorial approaches in order to ensure a dignified and rights based old age.

keywords: aging; health inequities; intersectional framework; black people.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2026.99175>

*Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. E-mail: lucelialp2013@gmail.com.

**Universidade do Rio Grande do Norte. Natal, RN, Brasil. E-mail: limke@uol.com.br.

***Faculdade de Medicina de Jundiaí. Jundiaí, SP, Brasil. E-mail: alexandre.geronto@gmail.com.

****Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Brasília, DF, Brasil. E-mail: p.ericaooliveira@gmail.com.

Como citar: PEREIRA, L. L.; LIMA, K. C. de; SILVA, A. da; OLIVEIRA, P. E. B. de. Múltiplas velhices e desigualdades interseccionais: desafios de um Brasil envelhecido. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 62, pp. 116-130, maio/ago., 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2026.99175>

Recebido em 30 de janeiro de 2026.

Aprovado para publicação em 17 de abril de 2026.

Responsável pela aprovação final: Maria Helena Bernardo e Alzira Lobato



© 2026 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

1. Introdução

O Brasil vivencia um processo de envelhecimento populacional acelerado, tendo mais de 35 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa aproximadamente 17,1% da população brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024). O aumento da população idosa, que representa uma tendência mundial, é uma conquista que deve ser celebrada, muito embora esse crescimento seja marcado também por transformações que trazem desafios expressivos no que concerne à garantia de direitos e à proteção social, principalmente no Brasil, país com desigualdades históricas e persistentes.

Considerando o aumento do contingente de população idosa e as necessidades sociais específicas advindas desse contexto, o Estado e a sociedade necessitam compreender o envelhecimento para além das perspectivas biológicas e demográficas, mas também social, cultural, econômica e política. De acordo com Schneider e Irigaray (2008), o processo de envelhecimento tem dimensões cronológicas, biológicas, psicológicas e sociais, sendo produzido a partir das condições históricas, culturais e políticas. Desta forma, a velhice deve ser compreendida como uma construção social, uma vez que é atravessada por contradições, podendo representar reconhecimento ou também ser marcada socialmente por preconceitos e discriminações.

O envelhecer em uma sociedade capitalista tende a ser marcado por racionalidades produtivistas. Por isso, muitas vezes, a longevidade pode significar perda de valor social, associado à improdutividade e incapacidade. Esse cenário de idadeísmo reforça os estereótipos de que pessoas idosas não são ativas e autônomas, imprimindo uma hierarquização cronológica das pessoas e normatizando um modelo ideal de sociedade que supervaloriza a juventude (Pin, 2022) e desvaloriza a experiência profissional de quem envelheceu.

A sociedade brasileira é marcada pelo racismo e sexismo. Somente essas discriminações já seriam suficientes para caracterizar o envelhecimento como um processo plural e caracterizado por desigualdades estruturais que condiciona distintas formas de envelhecer. Essa heterogeneidade da velhice imprime a necessidade de considerar a dimensão interseccional na análise e compreensão deste grupo populacional. A não homogeneização das trajetórias implica em não negligenciar as velhices plurais nas discussões sobre o envelhecimento, por isso, *“a emergência de entender a velhice de uma perspectiva interseccional, considerando-se não só a idade, mas também a raça, o gênero, a classe social e outras dimensões que compõem a identidade de uma pessoa”* (Fontes e Côrte, 2023, p.16).

Sendo assim, o presente artigo considera fundamental demarcar as velhices plurais dando visibilidade à multiplicidade de formas de envelhecer. O envelhecimento vai sendo experienciado de formas distintas, conforme condições culturais, materiais e simbólicas e articulam as relações sociais de opressão e dominação estruturais como classe social, raça/cor, gênero e território. Portanto, como sumariza Minayo e Coimbra (2022), as velhices

não são homogêneas e as pessoas vivenciam de forma diferente esse processo, tanto a partir de suas histórias individuais como também dos aspectos estruturais existentes.

Buscando garantir uma análise inter cruzada dessas dimensões estruturais das desigualdades e especificidades do envelhecimento no Brasil, este trabalho utiliza a interseccionalidade como uma ferramenta teórica e metodológica que interpreta e situa os fatos sociais em uma perspectiva histórico e estrutural. A abordagem interseccional analisa como diferentes relações de dominação se cruzam e impactam nas experiências sociais, evidenciando que raça, classe e gênero não são dimensões isoladas, mas são sistemas articulados de opressão e exploração (Collins; Bilge, 2021; Akotirene, 2019).

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar o envelhecimento populacional brasileiro à luz do Censo Demográfico de 2022, focando a pluralidade das velhices e as desigualdades interseccionais de raça/cor, gênero e território. Busca-se, ainda, discutir desafios específicos do envelhecimento para populações negras, quilombolas e residentes em favelas e comunidades urbanas, compreendendo que envelhecer com cidadania não constitui experiência universal, mas frequentemente um acesso desigual ao direito à longevidade.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, este artigo se caracteriza como um estudo descritivo e analítico, baseado em análise de dados secundários sobre a composição da população idosa brasileira e índice de envelhecimento, destacando diferenças demográficas segundo gênero, raça/cor e territórios, composto por comunidades quilombolas, favelas e comunidades urbanas e adota a abordagem interseccional para interpretar as desigualdades presentes no processo de envelhecimento.

Os dados foram obtidos a partir do censo de 2022, recuperados do sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, no dia 12 de dezembro de 2025. Além destes dados, foram analisadas as projeções populacionais divulgadas no ano de 2024 por gênero e grupos etários específicos e respectivas proporções para o ano de 2026², na mesma data.

O índice de envelhecimento é uma medida frequentemente usada para se compreender o envelhecimento de grupos populacionais e territórios, o qual corresponde à divisão do quantitativo da população de 60 anos e mais pela população com menos de 15 anos, ou seja, expressa a relação entre população idosa (60 anos ou mais) e população jovem (0 a 14 anos). Esse é um indicador demográfico que permite analisar padrões de envelhecimento e sua heterogeneidade populacional e territorial.

1 <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>.

2 <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>.

2. Envelhecimento populacional no Brasil: transição acelerada e desafios estruturais

O envelhecimento populacional se relaciona, de modo geral, à redução das taxas de fecundidade e mortalidade e ao aumento da expectativa de vida, configurando uma mudança estrutural no perfil etário das populações (Schneider; Irigaray, 2008; Dardengo; Mafra, 2018). No Brasil, esse processo ocorreu em ritmo particularmente rápido, com redução significativa da fecundidade ao longo da segunda metade do século XX e aumento progressivo da longevidade, constituindo uma transição demográfica acelerada.

A projeção da população do Brasil para o ano de 2026 é de 220 milhões de brasileiros e brasileiras. Desse total, a população idosa corresponderá a 17,1%, com maior número de mulheres e de pessoas brancas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024). O percentual de pessoas com 80 anos e mais em relação à população idosa é de 14,17%, correspondendo a pouco mais de 5 milhões de pessoas idosas longevas. De um modo geral, os dados do censo de 2022 revelam que, no Brasil, as mulheres negras representam o maior percentual (28,07%) da população, seguida dos homens negros (27,44%). O somatório de mulheres e homens negros alcança 55,51% da população. No que se refere à população branca, as mulheres representam 22,88% e os homens, 20,58%. Homens e mulheres brancas representam 43,46%, cerca de 12% a menos que a população negra.

O cenário de envelhecimento no Brasil exige a adoção de medidas relacionadas à oferta de políticas públicas de proteção social, especialmente voltadas à saúde e cuidado, com modelos de atenção que garantam uma velhice saudável. O aumento da longevidade pode ser entendido como uma conquista social, no entanto, o envelhecimento é heterogêneo, com acesso desigual das populações às oportunidades. O Brasil não vivenciou um Estado de bem-estar social expressivo. Dessa forma, a transição demográfica ocorreu de forma acelerada e num contexto de contrarreforma neoliberal, com redução do estado e oferta insuficiente de políticas sociais, produzindo um cenário de desproteção e intensificação de vulnerabilidades na velhice, especialmente entre grupos historicamente marginalizados.

Partindo desse contexto, o envelhecimento no Brasil apresenta variações regionais expressivas. Estudos recentes baseados no Censo 2022 identificam índices de envelhecimento mais elevados nas regiões Sudeste e Sul, que possuem mais acesso a bens e serviços, com redes urbanas mais organizadas, enquanto as regiões Norte e Nordeste, com maior precariedade estrutural e menor integração econômica apresentam índices menores (Faria; Spode, 2024). Isso evidencia que o envelhecimento demográfico não apenas acontece de modo desigual, como também reflete o acesso desigual a condições que possibilitam maior longevidade. Assim, envelhecer no Brasil é um processo socialmente condicionado e o padrão demográfico expõe desigualdades persistentes exigindo análise que articule populações e territórios.

3. Velhice como processo multidimensional: por que falar em múltiplas velhices?

O Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003) estabelece o marco de 60 anos como definidor da população idosa, muito embora seja importante não considerar o marcador cronológico como o único para a definição da velhice, pois essa fase da vida está alicerçada igualmente por fatores sociais, culturais, econômicos que atravessam as experiências de vida e condicionam as formas de viver e envelhecer.

Considerar o envelhecimento como um fenômeno biopsicossocial exige uma articulação entre aspectos cronológicos, físicos, sociais e a interação com o contexto histórico, cultural e político experimentados por todas as pessoas nas suas trajetórias ao longo da vida. Por isso, o reconhecimento do intercruzamento entre classe social, gênero, raça/cor, condições de saúde, escolaridade, inserção laboral e território implica em desmistificar a velhice associada a um contexto universal e desloca a discussão para abordarmos as múltiplas velhices como central na visibilidade das realidades, profundamente distintas e, muitas vezes, desiguais vivenciadas no Brasil. O acesso desigual à educação, serviços de saúde, trabalho digno e necessidades básicas faz com que as velhices sejam vividas de modo distinto.

Desse modo, essa heterogeneidade não significa apenas diferenças individuais, mas a expressão de desigualdades estruturais acumuladas ao longo da vida, que determinam padrões de envelhecimento e revelam o envelhecer como fenômeno socialmente produzido. Partindo desse contexto, os acúmulos e/ou as ausências de políticas públicas de proteção social interferem nas experiências e condições de vida e influenciam na forma como as pessoas poderão usufruir sua velhice.

Assim, a abordagem interseccional complexifica a leitura social, apreendendo correlações e construções mútuas entre sistemas de desigualdade que se articulam na produção de privilégios e vulnerabilidades. Portanto, é uma orientação crítica para compreender e intervir nas relações de poder que estruturam desigualdades individuais e coletivas (Collins e Bilge, 2021). No Brasil, as relações históricas e culturais de opressão e exploração se constituíram a partir de práticas coloniais, racistas e patriarcais, articuladas mutuamente. De acordo com Lélia Gonzales (2020), o racismo e sexismo são parte constitutiva do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Por isso, chamou atenção para a tripla discriminação a que as mulheres negras estavam expostas.

É de suma importância a análise interseccional para compreendermos as trajetórias de desigualdades no processo de envelhecimento, que se tornam mais intensas quando articuladas com os eixos de opressões de classe, raça/cor, gênero (Kalache; Lima; Louvison, 2023). Assim, a interseccionalidade entre classe, gênero/sexualidade e raça/etnia influenciam o modo de vivenciar discriminação por idade, intensificando processos de exclusão

e desigualdades sociais (Costa e Teixeira, 2025; Paixão, 2023). Pensar o envelhecimento exige compreender não apenas as demandas das pessoas que chegaram aos 60 anos, mas também buscar entender por que muitos grupos não chegam à velhice ou chegam em condições desfavoráveis.

3.1 Envelhecimento e desigualdades de gênero e raça: viver mais não significa envelhecer melhor

As mudanças no perfil etário brasileiro acentuam as dinâmicas específicas do envelhecimento mostrando a heterogeneidade dos processos sociais, históricos, políticos e culturais e o conseqüente impacto nas trajetórias de vida das pessoas. O acúmulo de desvantagens sociais atinge desproporcionalmente pessoas negras e mulheres devido ao racismo e às desigualdades de gênero que perpassam a vida dos brasileiros.

No que se refere à população idosa, dados do IBGE apontam que as mulheres brancas constituem a maior representação populacional, com cerca de 30%, tendo um incremento de quase 7% em relação à população total e quase 4% a mais que as mulheres negras, o segundo grupo populacional mais representativo entre as pessoas idosas (25,60%). Embora os homens brancos sejam o terceiro grupo populacional em termos de porcentagem na população idosa, seu incremento em relação à população total é de apenas 1,62%. O inverso ocorre com os homens negros, os quais representam o quarto grupo populacional mais representado e que têm uma redução de 5,85% em relação à população geral. Na população idosa, se observa uma inversão % da população amarela e indígena. Enquanto a população amarela praticamente dobra proporcionalmente em relação ao total de pessoas idosas, a população indígena reduz a quase a metade da proporção na população total (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

O índice de envelhecimento de homens e mulheres brancas, respectivamente, alcançam 82 e 113, ambos maiores que o índice de envelhecimento brasileiro (80). Para as mulheres negras, o índice de envelhecimento é de 74, o que corresponde a 74 mulheres idosas para cada 100 mulheres com menos de 15 anos. O menor índice, à exceção da população indígena, é o dos homens negros, que corresponde a quase 60, isto é, 60 homens idosos para cada 100 homens com menos de 15 anos. Em relação ao IE, chama atenção o menor de todos eles, o da população indígena, que corresponde a menos da metade do IE brasileiro e menor que o índice de envelhecimento brasileiro em 2010, que correspondeu a 44, o que desvela o não envelhecimento da população indígena brasileira.

O fenômeno da feminização do envelhecimento refere-se à maior presença relativa de mulheres entre a população idosa, sobretudo em idades mais avançadas, associada a padrões de mortalidade diferencial e maior expectativa de vida feminina (Mueller; De Carli,

2025). Embora seja uma tendência global, a análise de dados demográficos exige atenção às desigualdades estruturais que moldam como as mulheres envelhecem.

Em nome disso, a feminização do envelhecimento não pode ser reduzida à dimensão quantitativa. É importante analisar como as mulheres envelhecem, o acesso aos direitos sociais e o que acumulam ou perdem ao longo da vida e reconhecer que as desigualdades de gênero acompanham suas trajetórias. Dados evidenciam que gênero se articula com raça/cor, classe e território, produzindo velhices femininas marcadas por desigualdade e vulnerabilidade (Pavin, 2023; Camarano; Fernandes; Pereira *et al.*, 2024).

Assim, as experiências femininas são diversas e, por isso, se faz necessária a compreensão dos distintos contextos vivenciados pelas mulheres, no plural, como não universalizantes, para permitir dar visibilidade à pluralidade de trajetórias. Na velhice, muitas mulheres enfrentam discriminações múltiplas de idade, gênero e raça, muitas vezes associadas à pobreza, ao trabalho informal e precarizado e à ausência de equipamentos e redes de cuidado para garantir a produção e reprodução da vida com proteção social. Portanto, a feminização do envelhecimento precisa ser interpretada de forma interseccional para permitir evidenciar desigualdades, uma vez que as mulheres ocupam posição desigual ao longo da vida.

Agrega-se a este panorama, a origem colonial e o racismo existente no Brasil, que acentua as desigualdades raciais no processo de envelhecimento da população negra. De acordo com López (2012), o racismo institucional atua de forma difusa nas instituições e influencia a distribuição desigual de serviços e oportunidades, gerando iniquidades persistentes. O acúmulo de episódios e contextos de discriminação e a insuficiente cobertura de políticas de proteção social desvelam uma dinâmica específica do envelhecer que afeta pessoas negras e são fatores que contribuem fortemente para que os dados apresentados demonstrem que a proporção de pessoas negras cai no segmento populacional idoso.

Assim, ainda que a população negra represente a maioria da população brasileira, sua proporção entre as pessoas idosas é menor, revelando padrões de mortalidade diferencial, violência estrutural e desigualdades acumuladas ao longo do curso de vida. Portanto, o envelhecimento da população negra no Brasil evidencia como o direito de envelhecer é socialmente desigual (Silva, 2019). Estudos destacam que o racismo atravessa negativamente a população negra, e quando relacionado à velhice, assume novas facetas, amplificando vulnerabilidades (Rabelo *et al.*, 2018; Oliveira, 2024).

As desigualdades de classe, exacerbadas pelo contexto neoliberal desempenham papel determinante: menor escolaridade, menor renda, inserção precarizada no mercado de trabalho e menor proteção das políticas de seguridade social produzem efeitos cumulativos prejudiciais no envelhecimento (Teixeira, 2020; Rabelo *et al.*, 2018). Assim, a chegada à velhice para a população negra é frequentemente marcada por menor acesso a renda e por

barreiras de acesso a bens e serviços. O processo de envelhecimento, portanto, revela desigualdades estruturais que se iniciam na infância e se acumulam ao longo de toda a vida.

No caso das mulheres negras, a interseção entre gênero, raça e classe intensifica desigualdades. As autoras Rocha, Vieira e Nunes (2024) destacam que mulheres idosas negras vivenciam um envelhecimento demarcado por processos excludentes, seja pela violência histórica, seja pelo racismo estrutural que restringe oportunidades e direitos. Assim, envelhecer sendo mulher negra pode significar o efeito interseccional das discriminações, reflexo de um país ainda marcado por racismo e sexismo, mas também se constitui como uma experiência de resistência ao chegar à velhice, considerando as adversidades devido às injustiças do sistema social brasileiro.

3.2 Envelhecimento quilombola: território, memória e desigualdades de acesso a direitos

As comunidades quilombolas são grupos com identidade cultural específica, constituídas por processos históricos decorrentes do período colonial e de escravização, podendo apresentar algumas características como “rituais ou religiosidades compartilhadas, origem ou ancestrais em comum, vínculo territorial longo, relações de parentesco generalizado, laços de simpatia, relações com a escravidão, e principalmente uma ligação umbilical com seu território, etc” (Marques, 2009, p.8).

Possuem elementos relacionados à resistência, descendência africana e são detentores de conhecimento e tradições ancestrais. Assim, a defesa do território é uma dimensão fundamental deste processo de pertencimento, considerando território tanto o acesso à terra, como aspectos subjetivos e simbólicos, “de um espaço no qual o homem estabelece um vínculo afetivo, constrói sua história e concretiza suas representações e relações” (Carril, 2006, p. 28), portanto, possuindo componentes materiais, de produção de bens, e culturais, vinculados a memória, construção de relações sociais e vivências política, econômica e cultural.

O envelhecimento em comunidades quilombolas apresenta especificidades relevantes, relacionadas à história de resistência, pertencimento territorial e preservação cultural, ao mesmo tempo em que se inscreve em cenários de vulnerabilidade social persistente. A experiência de viver e envelhecer nos quilombos é frequentemente marcada por insegurança na posse da terra, menor acesso a serviços públicos e condições de trabalho precárias, compondo um ciclo de vida atravessado por desigualdades e manifestações do racismo associado ao idadismo e segregação residencial.

A população quilombola representa 0,66% da população brasileira e 0,54% da população idosa. Homens e mulheres representam uma proporção semelhante na população quilombola brasileira. No entanto, quando se considera a população idosa, o cenário

muda, e as mulheres representam pouco mais de 3% que os homens. O índice de envelhecimento da população quilombola é de 54,98, menor 25 pontos que o da população brasileira. As mulheres apresentam um índice de envelhecimento 6 pontos maior que os homens quilombolas, o que significa que há 6 mulheres quilombolas a mais que homens para esta população com menos de 15 anos, conforme tabela a seguir:

Tabela 1. Distribuição absoluta (n) e percentual (%) da população quilombola, total e idosa e índice de envelhecimento, segundo o Censo de 2022, por sexo

Categorias de análise	População quilombola n (%)	População quilombola idosa n (%)	Índice de Envelhecimento (IE)
Mulher	664.833 (49,98)	89458 (51,63)	58,08
Homem	665.353 (50,02)	83.807 (48,37)	52,01
Total	1.330.186 (100)	173.265 (100)	54,98

Fonte: Elaboração dos autores com dados do IBGE de 2022.

Esses dados evidenciam que a população quilombola envelhece menos que a população brasileira e que as mulheres quilombolas envelhecem mais que os homens quilombolas. Esse resultado está associado a alguns fatores históricos e socioeconômicos vivenciados nestes territórios. Estudos apontam que a população quilombola vivencia vulnerabilidade social, mesmo após mais de um século da abolição da escravidão, especialmente em relação ao cuidado em saúde e ao acesso a direitos e políticas (Carvalho e Omin, 2025; Oliveira *et al.*, 2015; Pereira e Santos, 2018).

Nesse sentido, as desigualdades interseccionais de classe, raça e gênero determinam as trajetórias nos quilombos e incidem diretamente nas condições de vida da população, repercutindo no envelhecimento quilombola. As lacunas de acesso às políticas públicas e as barreiras territoriais trazem desafios específicos no acesso à saúde, renda, segurança alimentar, assistência social, previdência social, dentre outras políticas igualmente fundamentais.

Assim, pensar envelhecimento quilombola exige reconhecer simultaneamente vulnerabilidade estrutural e potência ancestral e cultural, articulando direitos sociais e territorialidade. As pessoas idosas quilombolas ocupam lugar central como guardiões da memória coletiva e transmissores de saberes tradicionais. As práticas culturais, religiosas e comunitárias conferem sentido social à velhice e sustentam redes de pertencimento e cuidado nos territórios.

Essa dimensão evidencia que o envelhecimento nas comunidades quilombolas exige a compreensão das particularidades na dinâmica coletiva nos territórios e a valorização do papel social das pessoas idosas, que são detentoras de conhecimento, contribuindo para a preservação das práticas e das tradições que são repassadas pelas pessoas mais velhas.

Observa-se que os cuidados à vida e à saúde, a partir das plantas medicinais, das rai-zadas, da benzeção, dos banhos, dentre outros, são saberes produzidos e reproduzidos nas comunidades que fortalece os quilombos e traz sentido às experiências e trocas entre as gerações.

3.3 Envelhecer em favelas e comunidades urbanas: desigualdades territoriais e resistências cotidianas

A dimensão territorial é decisiva para compreender o envelhecimento no Brasil. O envelhecimento não se expressa de modo homogêneo entre os territórios urbanos e as favelas e comunidades urbanas revelam padrões distintos da população geral, onde gênero, raça e classe se inter cruzam e geram desigualdades socioterritoriais (Nunes, 2021). Segundo dados do Censo 2022, a proporção de pessoas idosas em favelas e comunidades urbanas é menor do que no conjunto da população, indicando desigualdade territorial também no direito de envelhecer (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição absoluta (n) e percentual (%) da população, geral e idosa, residentes em favelas e comunidades urbanas e índice de envelhecimento, segundo o Censo de 2022, por sexo e raça/cor

Categorias de análise	População residente em favelas e comunidades urbanas n (%)	População idosa residente em favelas e comunidades urbanas n (%)	Índice de Envelhecimento (IE)
Mulher branca	2.302.147 (14,04)	279.469 (16,28)	49,77
Homem branco	2.060.928 (12,57)	202.812 (11,81)	35,60
Mulher negra	6.133.352 (37,42)	688.379 (40,09)	52,70
Homem negro	5.822.779 (35,52)	538.382 (31,35)	39,44
Total	16.390.790 (100) *	1.717.057 (100) *	44,96

*Foram excluídas as categorias homens e mulheres indígenas e amarelas, embora o total os considere.

A população residente em favelas e comunidades urbanas representa 8,07% da população total brasileira e 5,35% da população idosa brasileira. As mulheres negras representam o maior % da população residente em favelas e comunidades urbanas, seguida dos homens negros. Mulheres e homens brancos representam cerca de três vezes menos o % de homens e mulheres negras. Essa distribuição interseccional de gênero e raça para a população idosa residente em favelas e comunidades urbanas apresenta uma redução na diferença proporcional de homens e mulheres negras em relação às pessoas brancas, sendo as mulheres negras as mais representadas nesta população idosa, seguida dos homens negros, mulheres brancas e homens brancos. Os homens negros idosos residentes em favelas e comunidades urbanas têm um decréscimo de mais de 4% em relação à população total, enquanto os homens brancos ido-

os têm um decréscimo de menos de 1%. Já no que se refere às mulheres, as brancas idosas têm um aumento de 2,24% em relação às brancas totais residentes em favelas e comunidades urbanas. Para as mulheres negras idosas residentes nesses territórios, o incremento é de 2,67%.

O índice de envelhecimento das pessoas residentes em favelas e comunidades urbanas é bem menor àquele encontrado para a população brasileira, representando quase a metade deste. Os maiores índices de envelhecimento por gênero e raça de pessoas que residem em favela e comunidade urbana é o de mulheres negras, seguido daquele de mulheres brancas. Os homens negros apresentam índice de envelhecimento abaixo dos dados da população geral residente em favelas e comunidades urbanas, assim como os homens brancos, cujo índice de envelhecimento é o menor de todos eles.

Os dados apresentados é reflexo das condições de vida nas favelas que impõe desafios cotidianos e específicos à velhice, relacionados à precariedade urbana e à segregação socioespacial. Oliveira e Silva (2025) apontam obstáculos físicos importantes como vias sem asfaltos e irregulares, ausência de sinalização e infraestrutura inadequada para pessoas com mobilidade reduzida, além de insuficiência na oferta de transporte público e ausência de serviços essenciais, como ruas, água, esgoto e iluminação. Somam-se a esses fatores barreiras simbólicas, estigmas territoriais, violência urbana, precariedade dos serviços e interrupções de rotinas devido a operações policiais.

Tais condições revelam que envelhecer em territórios precarizados exige estratégias específicas de permanência, deslocamento e cuidado, desafiando leituras homogeneizadoras sobre velhice no contexto brasileiro. Ao mesmo tempo, esses territórios são negros, com presença majoritária de pessoas negras que vivenciam o racismo cotidianamente, mas que também produzem formas de resistência e redes comunitárias que sustentam a vida, como vínculos afetivos, solidariedade e adaptações informais no espaço.

Dessa forma, envelhecer na favela não é apenas viver em contexto de ausência: é também construir pertencimento, memória e reexistência (Oliveira e Silva, 2025). Como destacam estudos sobre envelhecimento e território, as favelas são espaços com dinâmicas próprias e particularidades e que, simultaneamente, são marcados por desigualdades históricas e por redes comunitárias potentes. A velhice nesses territórios se articula a projetos coletivos, participação comunitária e vínculos afetivos que ampliam sentidos nas múltiplas vivências e resistem à invisibilidade, ao apagamento e aos preconceitos e violências.

Assim, políticas públicas voltadas ao envelhecimento em favelas precisam ser territorializadas, incorporando infraestrutura acessível, segurança, mobilidade, serviços sociais e saúde, mas também reconhecimento da memória social e participação das pessoas idosas como cidadãs e cidadãos participantes da construção do território.

4. Considerações finais

O envelhecimento populacional brasileiro, evidenciado no Censo Demográfico de 2022, constitui uma transformação estrutural que impacta de forma acentuada o planejamento das políticas públicas e a garantia de proteção social às pessoas idosas e em processo de envelhecimento. Os dados evidenciaram que o envelhecimento no Brasil é plural, multidimensional e atravessado por desigualdades interseccionais, que se acumulam ao longo do curso de vida e se manifestam com intensidade na velhice.

Ao discutir múltiplas velhices, evidencia-se que raça/cor, gênero, classe e território produzem trajetórias de envelhecimento distintas, definindo tanto quem chega à velhice quanto em quais condições materiais, simbólicas e políticas essa velhice é vivenciada no contexto brasileiro. As condições de envelhecer para pessoas negras e, particularmente, para mulheres negras, expressam o impacto histórico do racismo estrutural e da exploração do trabalho, combinados a desigualdades de gênero e classe. Para populações quilombolas, a velhice se inscreve entre vulnerabilidade estrutural e preservação cultural, exigindo políticas específicas que reconheçam direitos e territorialidades. Em favelas e comunidades urbanas, o envelhecimento revela barreiras físicas, simbólicas e institucionais, mas também estratégias de resistência e redes comunitárias que sustentam a vida cotidiana.

Dessa forma, torna-se imperativo que políticas públicas voltadas às pessoas idosas combatam abordagens universalistas abstratas e incorporem recortes interseccionais e territorializados. Envelhecer com dignidade não pode permanecer como privilégio racial, territorial ou de classe. A redução das desigualdades no envelhecimento requer ações equitativas e intersetoriais que busquem implementar e monitorar políticas sociais de forma integral e integrada (Junqueira, 2004), que garantam não apenas aumento da longevidade, mas principalmente acesso aos direitos sociais.

Contribuições dos/as autores/as: Lucélia Luiz Pereira: Concepção, elaboração e revisão.

Kenio Costa de Lima: elaboração e sistematização dos dados e revisão.

Alexandre da Silva: sistematização dos dados e revisão.

Paula Érica Batista de Oliveira: revisão

Agradecimentos: não se aplica

Agência financiadora: não se aplica

Aprovação por Comitê de Ética: não se aplica

Conflito de interesses: não se aplica

Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D.; PEREIRA, C.F *et al.* *Acesso aos direitos estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa: diferenciais por raça/cor*. Brasília, DF: Ipea, 2024.

CARRIL, L. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume, Fapesp; 2006.

CARVALHO, J. C.; OMIM, S. As comunidades quilombolas no âmbito da política social. *Revista Humanidades e Inovação* - ISSN 2358-8322 - Palmas-TO - v.12 n.1, 2025. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9828>. Acesso em: 30 jan. 2026.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, G. R.; TEIXEIRA, S. M. Idosismo: interseccionalidades de classe, gênero/sexualidade e raça/etnia. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, p. 173-188, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89049>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DARDENGO, C. F. R.; MAFRA, S. C. T. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação? *Revista de Ciências Humanas*, v. 18, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/8923>. Acesso em: 08 dez. 2025.

FARIA, R.; SPODE, P. O envelhecimento populacional brasileiro sob uma perspectiva regional e urbana. *Geosp*, São Paulo, v. 28, n. 3, e221106, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/geo/a/TWwSCmxN5nxMjZypjSg8kyg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2025.

FONTES, A.; CÔRTE, B. *O que é: Conceitos básicos para entender o envelhecimento* [recurso eletrônico]. São Paulo: Portal do Envelhecimento Comunicação, 2023. Disponível em:

<https://mpce.mp.br/wp-content/uploads/2023/07/O-que-e...-Conceitos-basicos-para-entender-o-envelhecimento.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.

GONZALEZ, L. Racismo por omissão. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Orgs.) *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zazar, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Recuperação Automática (SIDRA). *Censo Demográfico 2022: população e domicílios - primeiros resultados do universo*. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>. Acesso: 29 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Projeções da População. Tabelas - 2024*. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>. Acesso: 29 jan. 2026.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000100004>. Acesso em: 20 de abr. 2026.

KALACHE, A.; LIMA, K. C.; LOUVISON, M. *et al.* Envelhecimento, velhices e interseccionalidades. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 26, e230249, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562023026.230249>. pt. Acesso em: 04 jan. 2026.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000004>. Acesso em: 08 jan. 2026.

MARQUES, C. E. Vinte anos da Constituição Federal Brasileira (1988-2008): algumas reflexes a respeito da categoria “remanescentes de quilombos”. *Teoria e Sociedade*, n. 17, p. 176-201, Jan./Jun. 2009. Disponível em: https://nuqfafich.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/05/carlos_eduardo_marques1rev-teoria-e-sociedade.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

MINAYO, M. C. S.; COIMBRA Jr., C. E. A. (Orgs.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MUELLER, A. A.; DE CARLI, P. Etarismo e gênero: (re) pensando a saúde da pessoa idosa a partir da interseccionalidade. *Gênero*, Niterói, v. 25, n. 2, p. 73-95, 1º quadr. 2025. Disponível em: [file:///Users/imac/Downloads/nbarros,+04_ETARISMO+E+G%C3%8ANERO%20\(1\).pdf](file:///Users/imac/Downloads/nbarros,+04_ETARISMO+E+G%C3%8ANERO%20(1).pdf). Acesso em: 21 dez 2025.

NUNES, N. R. A. Mulher de favelas: interseccionalidades e territorialidades. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 103-120, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2021.56073>. Acesso em: 08 dez. 2025.

OLIVEIRA, A. C. Intersecções entre raça, idade e invisibilidade: as representações das velhices negras na publicidade em vídeo brasileira. In: FONTES, A.; CÔRTE, B. (Orgs) *Envelhecer com futuro: relatos de pesquisa sobre: diversidade, transmasculinidades*. 1. Ed. São Paulo: Portal do Envelhecimento Comunicação, 2024.

OLIVEIRA, F. H .F.; SILVA, C. A. M. Entre degraus e lutas: envelhecimento e território nas favelas do Rio de Janeiro. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, n. 19, v. 1, p. 129-144, 2025. Disponível em: <https://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/620>. Acesso em: 04 jan. 2026.

OLIVEIRA, S. K. M *et al.* Autopercepção de saúde em quilombolas do norte de Minas Gerais, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 9, p.2879-2890, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.20342014>. Acesso em: 08 dez. 2025.

PAIXAO, N. Feminização da velhice: Desigualdades de gênero e impactos no processo de envelhecimento. In: CELINA, D. A. (Org.). *Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa com idosos no Brasil*. 1ed. p. 9-392, São Paulo: Edições SESC e Fundação Perseu Abramo, 2023.

PAVIN, R.S. Interseccionalidade e velhices femininas: uma escrita inspirada na média-metragem “A velhice ilumina o vento”. *Revista Longeviver*, São Paulo, ano v, n. 18, abr./maio/jun. 2023.

PEREIRA, L. L.; SANTOS, L. M. P. Programa Mais Médicos e Atenção à Saúde em uma comunidade quilombola no Pará. *Argumentum (Vitória)*, v. 10, p. 203-219, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18737>. Acesso em: 04 Dez. 2025.

PIN, J. B. Preconceito e discriminação nas múltiplas velhices. *Revista Longeviver*, São Paulo, ano iv, n. 14, abr./maio/jun. 2022.

RABELO, D. F.; SILVA, J. da; ROCHA, N. M. F. D. *et al.* Racismo e envelhecimento da população negra. *Revista Kairós-Gerontologia*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 193-215, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/44428>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ROCHA, D. E; VIEIRA, G. H; NUNES, J. S. Apontamentos sobre velhices, interseccionalidades e educação popular. In: *Congresso Internacional de Envelhecimento Humano (CIEH)*, X., [anais]. ISBN:978-85-61702-73-1, 2024. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/cieh/2023/65cf610bf04cd_16022024102011.pdf Acesso em: 04 dez. 2025.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, out./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400013>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SILVA, A. O envelhecimento na perspectiva do racismo e de outras formas de discriminação: influências dos determinantes institucionais e estruturais para a vida das pessoas idosas. Editorial. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 22, n.04, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/sDTHTLQdgb4hXPCHMBvXVZH/?lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2026.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 37, p.135-154, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.205>. Acesso em: 07 Jan. 2026.